NOBREZA E REDES DE PODER NA ZONA DA MATA MINEIRA NO SEGUNDO REINADO*

Patrícia Falco Genovez**

RESUMO: O artigo propõe uma reflexão sobre o poder exercido pela nobreza, na Zona da Mata mineira. A pesquisa tomou como recorte três barões (São João Nepomuceno, Santa Helena e Juiz de Fora) que se destacaram no âmbito político e econômico, assim como em múltiplas redes de sociabilidade. A pesquisa parte de um ponto comum que os une - o Conselho Diretor da Estrada de Ferro União Mineira – e abre espaço para levantar e analisar a extensa rede parental e de compadrio que os envolve.

PALAVRAS-CHAVES: Poder; nobreza; redes.

ABSTRACT: This article proposes an analysis on the nature of the social and political power of the nobility, in the *Zona da Mata Mineira.* This research took as main examples three barons (São João Nepomuceno, Santa Helena and Juiz de Fora) that stood out in the political and economic field as well as many and multiple other social networks. This research takes as start point their common basis, that is, the Board of Directors of the Railroad *União Mineira,* and from this place it opens a broad range of possibilities in order to analyze the extensive parental and *compadrio* (family and godfather relationship) networks where they were involved.

KEYWORDS: Power; nobility; social networks.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão aborda como objeto de estudo os barões de Juiz de Fora, Santa Helena e São João Nepomuceno, os principais acionistas do Conselho Diretor da Estrada de Ferro União Mineira (EFUM) e a extensa rede familiar que gravitava ao seu redor. A escolha por esse grupo,

* Este artigo é o resultado parcial do projeto *Territorialização e redes sociais: as representações cartográficas do Poder e redes mineiras de compadrio no Segundo Reinado***.** Esta pesquisa teve o apoio da FAPEMIG, através do financiamento da bolsista Mariana Almeida Pina de Campos.

** Doutora em História Moderna e Contemporanea (UFF), professora do curso de História e do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Gestão Integrada do Território (Univale), pesquisadora do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais (NEHT/UNIVALE) e do Programa de Memória Social do Vale do Rio Doce.

em específico, se deve ao fato da EFUM congregar fazendeiros e estadistas do Império, num momento específico em que a Zona da Mata Mineira vivenciava o auge da expansão de sua malha ferroviária. Historicamente, essa região identificou-se com o núcleo agroexportador sediado no Rio de Janeiro em virtude da necessidade de exportação do café. De acordo com Anderson Pires, esse núcleo reuniu "condições para formar e reter capitais internamente, constituindo-se na principal região produtora da Província. A Zona da Mata correspondia a 5% do território da província, detinha 20% do total da população mineira e concentrava, no século XIX, a maior população escrava de Minas"[1]. A formação dessa região e o processo de expansão da cafeicultura, segundo Mônica R. Oliveira, deu-se em função da pré-existência de uma acumulação endógena, proveniente de seu dinâmico mercado interno, diferenciando-se, portanto, do modelo de expansão cafeeiro do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista. Todo esse processo de expansão, iniciado nas primeiras décadas do século XIX, fora limitado, até a década de 60, pela ausência de um sistema viário capaz de escoar a produção. Em 1861, a inauguração da Estrada União e Indústria facilitou o acesso ao porto do Rio de Janeiro e assegurou a expansão e a dinamização do café até a chegada da malha ferroviária[2].

É, portanto, nesse contexto de efervescência das ferrovias, na década de 70, que a Zona da Mata abrigou disputas intra-regionais e concessões privilegiadas que envolveram a Estrada de Ferro Leopoldina e a própria EFUM[3]. De acordo com o Relatório do Presidente de Província, do ano de 1877:

> Sob a denominação de União Mineira, formou-se uma companhia para levar-se a effeito a construcção da estrada da Serraria ao Espírito Santo do Mar de Hespanha, com um ramal para a cidade do mesmo nome, autorisada pela lei n. 2024 do 1º de Dezembro de 1873, com a garantia de juros de 7% sobre o capital de 3,000:000$.
> A companhia, tomando para si, com todas as obrigações e direitos, o contrato de 13 de julho de 1876, celebra-

[1] PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930).* 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

[2] OLIVEIRA, Mônica R. *Cafeicultura mineira*: formação e consolidação – 1809-1870. SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 9. Diamantina, 2000.

[3] BLASENHAEIM, Peter. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. In: *Lócus Revista de História,* Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 89-90, 1996. De acordo com esse autor, a região da Mata ganhou a concessão de 11 das 25 vias férreas, perfazendo um total de 602 quilômetros de rede, enquanto o restante de Minas possuía 209 quilômetros.

> do com Francisco Ferreira de Assis Fonseca, organisou os seus estatutos, que, levados ao governo imperial forão approvados por decreto n. 6471 de 18 de Janeiro deste anno, com algumas modificações, determinando que a sede da companhia seja na estação da Serraria.
> Publicado elle, reuniu-se a respectiva directoria e nomeou para seu presidente o desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, dando em seguida começo aos estudos necessários com a revisão do traçado e collocação da linha.
> Estes estudos já estão definitivamente terminados até ao Espírito Santo do Mar de Hespanha, com o desenvolvimento de 49 kilometros.
> Proseguem os esforços da directoria no sentido de levar a effeito quanto antes esta via férrea, convidando os accionistas a fazerem a primeira entrada na razão de 10% ou 20$ por acção, e bem assim chamado proponentes pela imprensa para a construcção da linha, englobadamente para toda ella e seu material, ou por partes.[4]

O Conselho Diretor, acima mencionado, era formado não só pelo Desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, depois Barão de São João Nepomuceno, mas também, outros sobrenomes de grande importância na Mata Mineira, como os Barões de Juiz de Fora e Santa Helena. Além da ligação com a família Resende, de Cataguases. Sem dúvida, a EFUM congregava a aristocracia cafeeira da Minas e incluía em seu interior um dos principais banqueiros e industriais de Juiz de Fora, o Barão de Santa Helena. O poderio financeiro do grupo pode ser percebido quando do indeferimento do pedido de empréstimo por parte da Assembléia Provincial, em 1879. Nessa ocasião, os Barões obtiveram, do Banco do Brasil, a quantia de 500 Contos, dando como garantia as próprias fortunas pessoais[5]. Será este grupo, em específico, o nosso foco de análise.

Do ponto de vista metodológico, utilizamos as ferramentas pertinentes ao estudo de biografias coletivas (prosopografia). De acordo com Stone,

> [...] prosopografia é a investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento, morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado uni-

[4] Relatório do Presidente de Província, 1877, p. 85.

[5] BLASENHAEIM, Peter. *Op. cit.*, p. 99-100.

> verso são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação.[6]

A questão metodológica que envolve a prosopografia nos remete a uma questão pouco discutida na historiografia, qual seja, uma forma de organização e visualização dos dados coletados, cruzando informações de diversos atores sociais. De uma forma geral, podemos apontar que a historiografia brasileira ainda se mostra alheia a uma metodologia que busque não apenas a organização das informações de um grupo considerável de pessoas como também se empenhe em mostrar, visualmente, as extensas redes que envolviam as relações de poder, aqui consideradas.

Portanto, propomos um exercício de pesquisa transversal, cruzando os pressupostos da sociologia relacional (Análise de Redes Sociais), da genealogia e os da prosopografia com o objetivo de formatar visualmente, através de sociogramas, as redes de poder que envolveram os três barões, tratados no artigo, o que permitirá uma análise mais cuidadosa e precisa dessas ligações. De maneira indicativa podemos apontar, de acordo Hanneman, que essa proposta se distingue da análise sociológica convencional porque esta última se concentra em atores descritos pelo atributo enquanto a primeira se caracteriza pela descrição dos atores a partir de suas relações[7]. Essas relações que podem ser de poder e de sentido simbólico variado têm se tornado objeto cada vez mais frequente nos estudos históricos pautados no campo do cultural e do político. Entretanto, nem a História Política e nem mesmo a História Cultural possuem atributos metodológicos capazes de sistematizar e dar uma melhor visualização das complexas redes que se concretizam historicamente em determinados contextos, sejam eles dentro do Estado ou fora dele, como é o caso do objeto em questão. E, podemos completar o raciocínio, dizendo que nem mesmo os estudos prosopográficos fornecem esses elementos, apesar de contribuírem na metodologia de coleta e de sistematização dos dados.

Nesse sentido, o estudo clássico e bastante didático de Hanneman, coloca o analista de redes frente a pessoas imersas em redes de relações diretas com outras pessoas. Do ponto de vista histórico essas redes podem

[6] STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus,* Winter, 1971. Tradução livre da autora.

[7] HANNEMAN, R. A. *Introducción a los métodos del análisis de redes sociales,* Disponível em: <http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textlindex.html>. Acesso em: mar. 2005. O autor pode ser considerado uma referência para as Análises de Redes Sociais.

se constituir em redes familiares, políticas, de sociabilidade, de favores, econômicas e outras de acordo com a complexidade social. Em função desta complexidade, Hanneman parte do pressuposto que "qualquer conjunto de atores pode estar conectado com diferentes tipos de laços e relações"[8], o que facilita um diálogo com as propostas das análises da História Política, da História Cultural e da Prosopografia no que se refere aos seus objetos por excelência: o poder, o rito, a sociabilidade e as relações que envolvam sentido simbólico, cruzando os diversos âmbitos da sociedade e da mentalidade de uma época.

De acordo com os apontamentos de Hanneman, a perspectiva de redes tem contribuído para a compreensão do poder social. A aproximação das redes sociais enfatiza que o poder é inerentemente relacional porque o indivíduo não tem poder abstratamente, mas o tem porque pode dominar outros. Portanto, o poder se caracteriza por suas qualidades sistêmicas (macro) e relacionais (micro)[9]. É exatamente essa propriedade de conciliar as perspectivas macro e micro que pode auxiliar os estudos históricos voltados para o poder e suas relações.

As redes sociais podem ser dimensionadas, segundo Hanneman, a partir de diferentes estratégias. O método de redes completas pode reproduzir uma fotografia completa das relações de uma determinada população. O método da "bola de neve" focaliza inicialmente um ator ou conjunto de atores com todas as suas relações e segue buscando as relações de cada um dos atores descritos nas relações anteriores. A rede egocêntrica é um enfoque alternativo e inicia-se com uma seleção dos atores focais para, num segundo momento, identificar os demais atores com os quais estão conectados. Em sua modalidade individual, a rede egocêntrica se concentra mais sobre um indivíduo e não na rede como um todo. Por outro lado, além da estratégia adequada, Hanneman ressalta a importância de uma descrição completa e rigorosa da estrutura das relações de uma rede social, definindo escalas de valores que reflitam o grau de intensidade, proporcionando uma espécie de ranking das relações a serem analisadas[10].

Traçando um panorama breve sobre o material bibliográfico consultado é possível termos uma idéia dos procedimentos adotados na pesquisa. De um modo geral, a bibliografia utilizada envolveu fontes diversas, tais

[8] Idem.

[9] Id. Ibidem. Capítulo VI.

[10] Id. Ibidem. Capítulo I e II.

como: dicionários biográficos, memórias, recortes de jornais, revistas e teses acadêmicas. Além dessa bibliografia, foram utilizados autores que nos permitiram estruturar de maneira adequada os dados obtidos sobre os principais acionistas do Conselho Diretor da EFUM. Nesse sentido, foram importantes as obras Peter Burke (Veneza e Amsterdã), Lawrence Stone (Prosopography), além de Jeffrey Needell (Belle Epoque Tropical)[11].

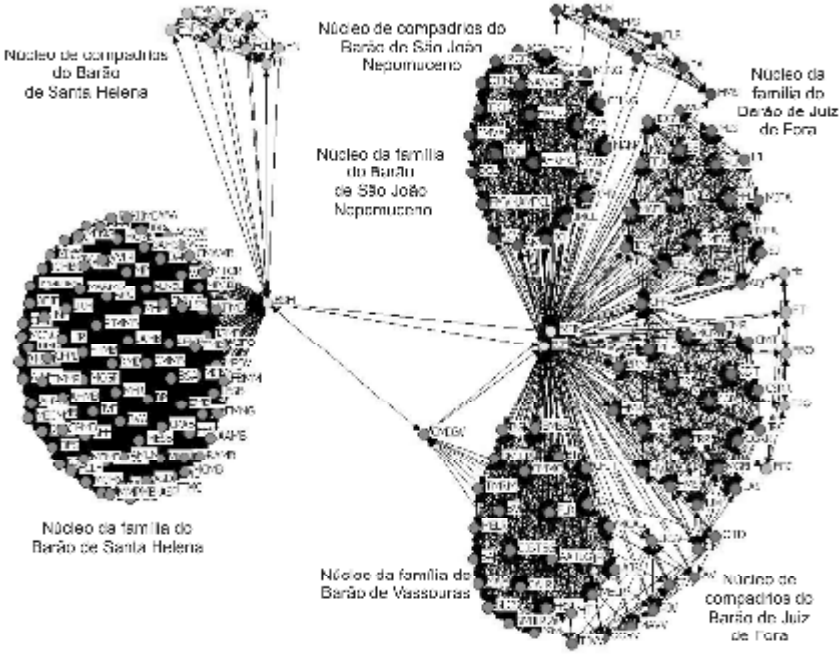
Portanto, a partir das informações coletadas para o trio de barões, estabeleceu-se um leque de relações familiares e de compadrio que, tal como um imenso novelo, deu origem a um círculo composto por aproximadamente 200 pessoas. Contudo, o mais significativo do estudo em questão é que esse universo pode nos fornecer, mesmo que de modo indicativo, um panorama das estratégias e atributos que permeavam a formação de inúmeras redes que perpassaram não só a Zona da Mata mineira e o Conselho Diretor de uma ferrovia, mas podem nos fornecer pistas importantes sobre a malha social do período monárquico.

Ressaltamos que, em função do grupo de pessoas envolvidas nas redes de poder ser considerável, foi necessário recorrer a um recorte, focando nas redes familiares e de compadrio. Os dados coletados e trabalhados a partir de uma perspectiva relacional gerou o sociograma 01, criado a partir do software UCINET 6.0[12]. Esse sociograma, transcrito abaixo, compreende a rede familiar e de compadrio dos barões de Juiz de Fora, Santa Helena e São João Nepomuceno, representados em amarelo. Através dele, é possível visualizar a rede em sua totalidade, e perceber como esse extenso grupo de pessoas, envolvidas na trama social, configuraram conexões e relações com intensidades diferentes (visualizadas através das setas). Contudo, somente uma análise das redes de maneira individual nos permitirá uma reflexão mais apurada pára, finalmente, esboçarmos algumas considerações mais gerais.

[11]NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque Tropical*: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*: um estudo das elites do século XVI. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 18-19.

[12] Programa disponível, de forma restrita, no site: <http://www.analytictech.com/downloaduc6.htm>.

SOCIOGRAMA 01 – REDE FAMILIAR DOS PRINCIPAIS ACIONISTAS DA EFUM



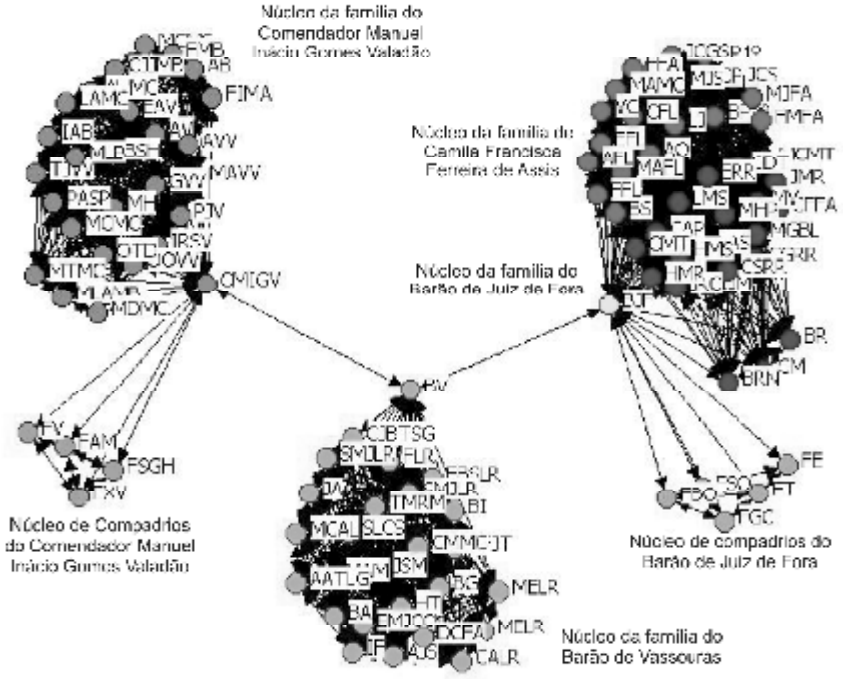
a) FAMÍLIA E COMPADRIO DO BARÃO DE JUIZ DE FORA, JOSÉ RIBEIRO DE RESENDE

No sociograma 2, visualizado a seguir, o Barão de Juiz de Fora, identificado em amarelo, possui relações familiares e de compadrio com seis núcleos distintos: o seu próprio núcleo familiar[13], núcleo da família de Camila Francisca Ferreira de Assis[14] – com quem foi casado em segundas núpcias –, núcleo da família do Barão de Vassoura[15] – com quem tem parentesco – , núcleo da família do Comendador Manuel Inácio Gomes Valadão[16] – com quem tem laços de compadrio -, núcleo de compadrio relacionado ao Comendador Gomes Valadão – cuja relação com o Barão ocorre de forma indireta –, e núcleo de compadrios – com quem ele tem uma relação familiar distante. Cada um desses núcleos possui relações internas cujas intensidades seguiram o padrão acima descrito. Os atores aparecem representados por um círculo colorido seguido da abreviatura de seu nome.

[13] O núcleo familiar do Barão é formado por 21 pessoas identificadas: CFFA – Camila Francisca Ferreira Assis, CM – Carolina de Miranda, BRN – Barão do Rio Novo, BR – Barão do Retiro, CGRR – Coronel Geraldo Ribeiro de Resende, IJM – Ismênia Joaquina de Mendonça, CSRR – Coronel Severino Ribeiro de Resende, JMR – Josefa Maria de Resende, MV – Marquês de Valença, MGBL – Maria Genebra de Barros Leite, LAS – Luiz Antônio de Souza, HMS – Hilídia Mafalda de Souza, CAP – Capitão Antônio Pacheco, MHP – Maria Henriqueta Pacheco, MCMT – Maria Carlota Mendes Tostes, CDT – Custódio Dias Tostes, CMT – Carlota Mendes Tostes, JRC – João Resende Costa, HMR – Helena Maria Resende, LMS – Leonarda Maria Resende, ERR – Estevão Ribeiro Resende. Dentro deste núcleo prevalecem as relações familiares consanguíneas e colaterais. Essa característica indica que este núcleo possui forte caráter familiar e sanguíneo, prevalecendo laços mais próximos entre seus membros. Atrelado a esse núcleo, destacam-se os laços de compadrios vinculados à família do Barão: FT – Família Taunay, FE – Família Escragnolle, FGC – Família Gomes Carvalho, FBO – Família Barbosa de Oliveira, FSQ – Família Souza Queirós. Dentro deste núcleo prevalecem as relações de compadrio. Essa característica indica que este núcleo apresenta relações de interesses sociais e políticos em cada representante das distintas famílias. Sobre esse núcleo ver MOYA, Salvador de. *Anuário Genealógico Brasileiro*. São Paulo: [s.n.], 1939. v. III, p. 109, 326, 302 e 522. MOYA, Salvador de. *Anuário Genealógico Latino*. São Paulo: [s.n.], 1939. v. IV, p. 158; BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage*.Sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991. p. 33. Gazeta Comercial de 23/06/1957. Jornal do Brasil (03/1956). HORTA, Cid Rabelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 2. Belo Horizonte: [s.n.], 1956.

[14] O segundo núcleo, o da família de Camila Francisca Ferreira de Assis possui 20 pessoas: JCS – Josefina Camila de Souza, BPI – Barão de Pitangui I, BPII – Barão de Pitangui II, CP – Conde Prados, JCGS – Josefina Camila Gomes de Souza, MJS – Maria José Sant'ana, LJ – Lino José, AQ – Ana Quitéria, SJ – Simplício José, MJFA – Mariano José Ferreira Armond, BS – Baronesa de Sant'ana, FMFA – Felizarda Maria Francisca de Assis, FFA – Francisco Ferreira de Assis, CFL – Comendador Ferreira Lage, MAFL – Maria Amália Ferreira Lage. MAMC – Maria Amélia Machado Coelho, VC – Visconde de Cavalcanti, EFL – Elisa Ferreira Lage, FFL – Frederico Ferreira Lage, AFL – Alfredo Ferreira Lage. Dentro deste núcleo prevalecem as relações familiares consanguíneas e colaterais. Ver BASTOS, Wilson de Lima. *Op. cit*., p. 111, 146, 186, 187, 209 e 217. MOYA, Salvador de. *Op. cit*., p. 296.

SOCIOGRAMA 02 – REDE SOCIAL DO BARÃO DE JUIZ DE FORA



[15] O terceiro núcleo, o do Barão de Vassouras, compreende 26 pessoas: BV – Barão de Vassouras, BI – Barão de Itambé, FBSLR – Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, AJS – Ana Josefina de Souza, CFJT – Capitão Francisco José Teixeira, BG – Belchir Gonçalves, HT – Helena Teixeira, CMMC – Capitão Manoel Martins de Carvalho, JSM – Josefa de Souza Monteiro, SMJLR – Sargento mor José Leite Ribeiro, EMJC – Escolástica Maria de Jesus Correia, BA – Barão de Ayuruoca, TMRM – Teresa Maria Rosa de Magalhães, SLCS – Sargento Lourenço Correia Sardinha, MAM – Maria de Assunção Morais, FLR – Francisco Leite Ribeiro, IF – Isabel Ferreira, MELR – Maria Esméria Leite Ribeiro, MELR – Maria Esméria Leite Ribeiro, CALR – Comendador Anastácio Leite Ribeiro, AATLG – Ana Alexandrina Teixeira Leite da Silva Guimarães, CJBTSG – Capitão José Bento Teixeira da Silva Guimarães, MCAL – Maria Carlota de Almeida Leite, JA – Jacinta de Almeida, SMJLR – Sargento Mor Joaquim Leite Ribeiro, DCFA – Dr. Caetano Furquim de Almeida. Dentro deste núcleo prevalecem diversas relações familiares, como consanguíneas, colaterais e compadrio. Ver MOYA, Salvador de. *Op. cit.*, v. III, p. 532e 534 e v. VIII, p.49 e 84.

[16] O núcleo seguinte é o do comendador Gomes Valadão, composto por 27 pessoas: CMIGV – Comendador Manuel Inácio Gomes Valadão, PJV – Padre José Vicente, TJVV – Tenente José Vicente Valadão, IRSV – Isabel Rodrigues Silveira Valadão, MAVV – Maria Amélia Vilhena Valadão, OOVV – Olímpio Oscar Vilhena Valadão, GVV – Gabriel Vilhena Valadão, AV – Augusto Valadão, EAV – Estela de Almeida Vilhena, AVV – Augusto Vilhena Valadão, OTD – Onofrina de Toledo Dias, MH – Maria Helena, FIMA – Francisco Inácio Monteiro de Andrade, AB – Azarias Botelho, MCMS – Maria Conceição Monteiro da Silva, FMB – Francisca Monteiro de Barros, BSH – Barão de Santa Helena, MTMC – Maria Teresa Monteiro de Castro, MCMC – Maria Conceição Monteiro da Silva, CJJMB – Coronel José

Percebe-se, a partir dos elementos expostos, que José Ribeiro de Resende, um dos mais abastados fazendeiros da Zona da Mata mineira, pode configurar-se em um bom exemplo de como as relações familiares abrem as portas para a política e, consequentemente, para o poder. Sogro de uma sobrinha de Cândida e de Antônio Dias Tostes, Maria Carlota Mendes, o coronel também se casou nesta família. Dentre os primos se sua esposa, dez foram vereadores em Juiz de Fora. Além deles, o coronel Rezende teve mais três primos na Câmara, um deles seu cunhado, um irmão e dois filhos vereadores. Seu segundo casamento abriu ainda mais o leque de ligações familiares e políticas. Camilla Ferreira foi prima-irmã do Comendador Mariano; outros dois primos de Camilla também foram vereadores[17]. Em seu segundo casamento, ligando-o à família Armond, o Barão de Juiz de Fora se ligou a importantes clãs que desfilavam na política provincial e traziam para o seu mercado de amerceamentos vários títulos de nobreza e de comendas, sem contar aqueles oriundos de seu próprio ramo familiar, cujo destaque é o Marques de Valença[18]. Em Juiz de Fora, ao casar-se com uma Tostes, Camila Francisca Ferreira Assis, o Barão consolidou sua aceitação na sociedade uma vez que a família Tostes detinha grandes extensões de terra nas quais veio a tomar forma a cidade. A essa poderosa família, também, uniu-se o engenheiro Comendador Henrique Halfeld, cuja filha se tornou nora de José Ribeiro de Resende. Essas ligações familiares garantiam posições na Câmara Municipal de Juiz de Fora e ligava-o, em seu segundo casamento, ao Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage,

Joaquim Monteiro de Barros, PASP – Protásio Antônio da Silva Pinto, AHMC – Ana Helena Monteiro de Castro, IAB – Inácio Alves Barroso, MLB – Maria Lopes Barroso, LAMC – Lucas Antônio Monteiro de Castro, MLAMB – Major Lucas Augusto Monteiro de Barros, MDMC – Maria Domiciana Medina Celli. Dentro deste núcleo prevalecem as relações familiares consanguíneas, colaterais e de compadrio. Atrelado a este último núcleo, quatro família se destacam: FSGH – Família Soares de Gouveia Horta, FXV – Família Xavier da Veiga, FV – Família Vilhena, FAM – Família Almeida Magalhães. Dentro deste núcleo prevalecem as relações de compadrio. Ver GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da Monarquia*: Minas Gerais e a Corte no Segundo Reinado. Juiz de Fora: CliEdel, 2003. p. 330. MONTEIRO, Norma Góes. *Dicionário biográfico de Minas Gerais* (período republicano 1889-1991). Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994. p. 694. BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo: [s.n.], 1951. p. 553, 744, 823 e 841. BROTERO, Frederico de Barros. *Memórias e tradições da família Junqueira*. São Paulo: [s.n.], 1957. p. 670. MOYA, Salvador de. *Op. cit.*, v. III, p. 347-348.

[17] BASTOS, W. L. *Op. cit.* As referências genealógicas foram obtidas em: Jornal *Folha Mineira* (16/08/1956).

[18] NEEDELL, J. *Op. cit.*, p. 147. "A família Ribeiro de Resende, com origem na nobreza portuguesa [...], enriqueceu como proprietária de grandes áreas urbanas e rurais nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo grande prestígio na Corte. O patriarca, Marques de Valença, conquistou as graças do imperador [...]".

amigo pessoal do Imperador. O prestígio dos Resende, garantido pelos títulos, somado à cultura de subsistência em larga escala, exportada para a Corte, foram os capitais necessários para angariar outros baronatos: o próprio Ribeiro de Resende (Barão de Juiz de Fora), seus filhos José Augusto de Resende, 3º Barão de Rio Novo, em 20 de agosto de 1889 e Geraldo Augusto, Barão do Retiro, em 11 de agosto de 1887[19].

No que se refere às outras ligações que aparecem no sociograma 01, podemos perceber a importância das conexões estabelecidas entre o Barão e os Gomes Valadão. Este último grupo possuía ligações com os Ramos e estabeleceram matrimônio com as famílias Soares de Gouvêa Horta, Teixeira Leite, Almeida Magalhães, Xavier da Veiga e os Vilhena, ligando importantes áreas do centro da província, ao sul, na Zona da Mata e Campos Vertentes[20]. A família Ramos, cujas bases encontravam-se no centro da província, tinha seus troncos em Baependi, através de José Ildefonso de Souza Ramos, 1º Barão das Três Barras, em 19 de outubro de 1867, e depois 2º Visconde de Jaguari, em 15 de outubro de 1872. Através do Visconde de Jaguari, o clã Ramos, se ligou aos Gomes Valadão e tinha fortes laços de amizade com Carneiro Leão. Francisco de Paula Ramos Horta também contava com uma boa base de sustentação na Zona da Mata, através de seu casamento com uma das filhas do Visconde de Congonhas do Campo – Lucas Antônio Monteiro de Barros – cuja parentela tinha grandes extensões de terra em Leopoldina e Mar de Espanha, com ligações matrimoniais com os Viriato Catão, Nogueira Penido, Vidal Leite Ribeiro, Miranda Ribeiro, relações de compadrio com os Nogueira da Gama e de amizade com o Marquês de Paranaguá[21].

Atrelando-se ao grupo Valadão, encontram-se os Soares de Gouveia Horta, os Xavier da Veiga, os Vilhena e os Almeida Magalhães. Na família Gouveia Horta, um importante clã mineiro, com ramificações entre os Dias de Gouvêa e os Horta, destacamos alguns membros que tiveram inserção tanto na política quanto na nobiliarquia: José Feliciano Dias de

[19] GENOVEZ, Patrícia Falco. *Op. cit.*, p. 116-122.

[20] VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da princesa.* [S.l.]: Leuzinger, 1937. v. I a IV, p. 138-146; MONTEIRO, Norma de Góes. *Op. cit.*, 1994, v. II, p. 694.

[21] BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. IV, p. 89, v. VI; MOYA, Salvador de. *Op. cit.*, v. III, p. 118 e v. IV, p. 95; VALLADÃO, Alfredo. *Op. cit.*, p. 146; MONIZ, Heitor. *No tempo da Monarquia.* Rio de Janeiro: Nacional, 1929. p. 219; BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 528; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras.* Op. cit., (edição de 1897). v. IV, p. 272. Arquivo Nacional - Códice 14, v. 9:80.

Gouvêa, Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 14 de março de 1855; Antônio Dias de Gouvêa, Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 16 de outubro de 1856; e, José Dias de Gouvêa, 2º Barão de Alfenas, em 7 de novembro de 1882. Do clã Gouvêa Horta: Luiz Soares de Gouvêa Horta, Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 2 de dezembro de 1854 e atuante na política provincial na década de 50; Emílio Soares de Gouvêa Horta Júnior, atuou na Assembléia Provincial, em três ocasiões, na década de 60; e, Felisberto Soares Gouvêa Horta recebeu a comenda de Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 15 de julho de 1881. A atuação de Teixeira de Gouvêa se vinculava ao Sul e à Zona da Mata mineira, onde vários de seus parentes foram agraciados no período da Conciliação e nas décadas seguintes[22].

Quanto à família Veiga, era bastante extensa e, além disso, fez uma migração partidária importante para a região ao sul da Província. Depois da morte do irmão Evaristo Xavier da Veiga todo o clã se deslocou, seguindo o movimento iniciado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, de quem era bem chegado. Aliás, essa família contou com muitos nomes na política, além de Bernardo e Evaristo, Francisco Luiz da Veiga, José Joaquim Ferreira da Veiga, José Pedro Xavier da Veiga e outro Evaristo, filho do Tenente-coronel Joaquim Lourenço Xavier da Veiga; todos conseguiram alcançar postos na política provincial e nacional. Outros dois parentes, Francisco Xavier da Veiga e João Pedro da Veiga, embora tenham se destacado enquanto notabilidades locais, não galgaram os postos provinciais. Um breve olhar sobre a atuação desta família no âmbito político pode dar um panorama do prestígio que gozavam na região. José Joaquim Ferreira da Veiga teve uma trajetória política de âmbito provincial que abrangeu o final da década de 1840 até o meio da década de 50. José Joaquim foi eleito deputado provincial nos anos de 1848, 1850, 1852 e 1854[23]. Evaristo Ferreira da Veiga, assim como seu irmão Francisco, iniciou sua trajetória em Pouso Alegre, como Juiz Municipal e de Órfãos até sua eleição para a Assembléia Geral em 1861, 1864 e 1869, carreira coroada pela nomeação ao Senado em 1887. Antes de ocupar a cadeira vitalícia do Senado, foi nomeado Presidente de Sergipe, nos anos de 1868 e 1869[24].

O advogado e magistrado Francisco Luiz da Veiga atuou na política provincial em 1876 e na Assembléia Geral em 1877. Por casamento, ligou-

[22] GENOVEZ, Patrícia Falco. *Op. cit.*, p. 320.

[23] VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Op. cit.; GENOVEZ, Patrícia Falco. *Op. cit.*, p. 326.

[24] VEIGA, José Pedro Xavier da. *Op. cit.*, v. I, p. 288-293.

se a outro clã de políticos: o de Maximiano Augusto de Barros Cobra (deputado provincial em 1862) e de José Inácio Barros Cobra Júnior, deputado provincial em 1866 e geral de 1869 a 1886[25]. José Pedro Xavier da Veiga, assim como os irmãos Francisco e Evaristo, seguiu a carreira política, atuando ao nível provincial, ao longo da década de 70: 1872, 1874, 1876, 1878 e 1882. Entre os irmãos Veiga, atuantes na política provincial, foi o único a receber uma comenda, a de Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 15 de julho de 1881. Por casamento, ligou-se à família de outro grande político mineiro, Francisco Teixeira do Amaral, nove vezes eleito deputado provincial: 1854, 1856, 1862, 1864, 1866, 1868, 1876, 1878 e 1880. O Coronel e advogado Francisco foi um político atuante em Ouro Preto, sua cidade natal, onde exercia o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia, transitando em várias outras irmandades e confrarias da localidade. Considerado um liberal moderadíssimo, ocupou vários cargos. Foi condecorado com as comendas de Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 14 de março de 1855 e de Comendador da mesma Ordem, em 15 de julho de 1881. Além da ligação com o clã dos Veiga, outras ligações importantes foram sendo consubstanciadas com casamentos em outras famílias influentes: Monteiro de Barros e Miranda Ribeiro. Sobre esses dois clãs nos deteremos mais adiante; por enquanto basta ter a noção de que, do primeiro, podemos relacionar quinze nomes entre políticos e agraciados com comendas e títulos e, do segundo, outros quatro nomes de peso, cujas ligações com outras famílias se estendem por várias partes da província[26].

Outra trajetória vitoriosa foi a de João Honório de Magalhães Gomes, constituída na década de 50, em meio a Gabinetes conservadores e, depois, da Conciliação. Com uma ampla parentela em São João Del Rei, foi outra família que se rendeu ao brilho das Comendas, o que rendeu a João Honório o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 2 de dezembro de 1854. Em 1881, ano em que os liberais já estavam de volta ao poder, desde o gabinete de 5 de janeiro de 1878, Domingos e Custódio de Magalhães Gomes, receberam a Comenda de Oficial da Ordem da Rosa, em 15 de julho de 1881. Em outros troncos da família, como os Souza Magalhães, Antônio Teixeira de Souza Magalhães recebeu os títulos de Oficial

[25] VEIGA, José Pedro Xavier da. Idem, Ibidem; MONTEIRO, Norma Góis. *Op. cit.*, v. II, p. 705; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Op. cit.*, v. VII, p. 34.

[26] BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Op. cit.*, v. V, p. 121-122; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. Op. cit., v. III, p. 269-272; Arquivo Nacional, Cód. 14, v. 9:36-37; BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 448-986 .

da Ordem da Rosa, em outubro de 1887 e de 3º Barão de Camargos, em 20 de junho de 1888, logo após ter passado pela Vice-Presidência da Província de Minas. As ligações da família Almeida Magalhães estenderam os domínios e o prestígio político pela Zona da Mata, através do matrimônio com os Resende Monteiro. Além disso, o Coronel Custódio de Almeida Magalhães era genro de Carlos Batista Machado, atuante na Assembléia Provincial em três legislaturas. Vários outros nomes dos clãs Magalhães foram agraciados[27].

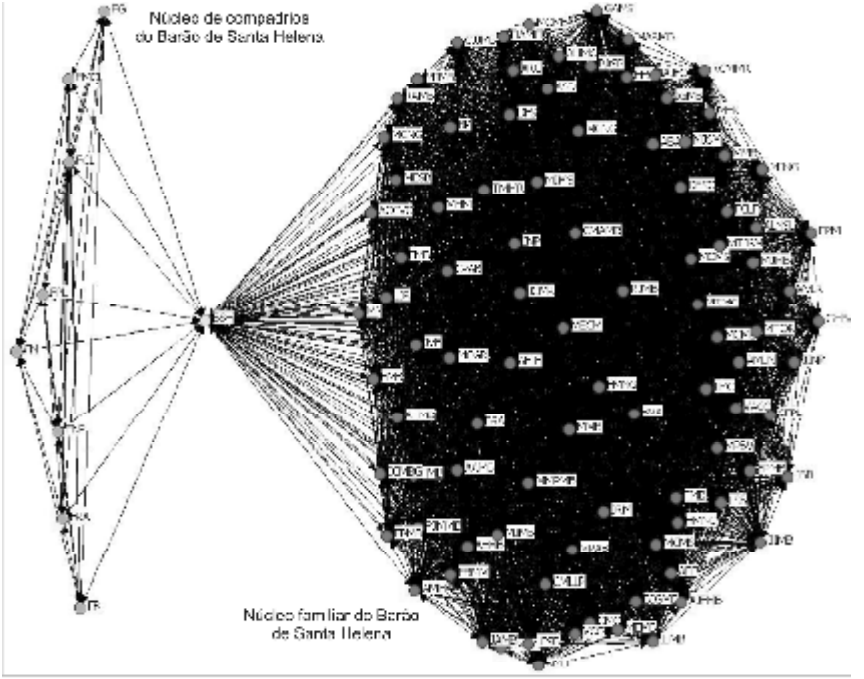
b) FAMÍLIA E COMPADRIO DO BARÃO DE SANTA HELENA, JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO DA SILVA

Num outro formato de agregação familiar, os dados referentes ao Barão de Santa Helena, José Joaquim Monteiro da Silva, revelam uma estrutura semelhante a um novelo, mostrando a força dos casamentos consanguíneos e o poderio da família Monteiro desenhando uma rede entre os Monteiro de Barros, Monteiro da Silva e Monteiro de Castro, conforme sociograma 03, transcrito a seguir[28].

[27] Arquivo Nacional, Cód. 14, Vol.19:36-37; TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos troncos ouropretanos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1951. p. 104; GUIMARÃES, Jacinto e RIBEIRO, Coriolano Pinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 264; RIBEIRO, Armando Vidal Leite. *A família Vidal Leite Ribeiro* – genealogia – reminiscências. São Paulo: Sul Americana, 1960. p. 40-82 .

[28] Sobre esse núcleo ver, especialmente, BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 39, 47, 66, 72, 98, 200, 273, 407, 491 986 a 1003. MOYA, Salvador de. *Op. cit.*, v. I, p. 172. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. Op. cit., (edição de 1998). v. 3 e 4, p. 557. MOYA, Salvador de. *Op. cit.*, v. III, p. 234. RIBEIRO, Armando Vidal Leite. *Op. cit.*, p. 288. TRINDADE, Cônego Raimundo. *Op. cit.*, v. I, p. 296. VEIGA, José Pedro Xavier da. Op. cit., (edição de 1897). v. IV, p. 356. Arquivo Nacional, Fundo Ministério do Império, Código 0 O, Códice 14, v. 9, p. 71 verso; Códice 14, v. 19; Códice 14, v. 8. p. 36 verso. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Op. cit., Volume I, p. 115. VEIGA, José Pedro Xavier da. Op. cit., Volume III, p. 413; v. IV, p. 13 e 214. GENOVEZ, Patrícia Falco. *Op. cit.*, p. 280-285; http://www.fammonteirodebarros.com.sapo.pt, consulta feita entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008.

SOCIOGRAMA 03 – REDE SOCIAL DO BARÃO DE SANTA HELENA



Esse núcleo foi composto levando-se em consideração os parentescos mais próximos, configurando um grupo de 86 pessoas.[29] Ao seu redor

[29] BSH – Barão de Santa Helena; MTMC – Maria Tereza Monteiro de Castro; FMB – Francisca Monteiro de Barros; MCMS – Maria da Conceição Monteiro da Silva; ABA – Azarias Botelho de Andrade; PASP – Protásio Antônio da Silva Pinto; AHMC – Ana Helena Monteiro de Castro; MCMC – Maria da Conceição Monteiro de Castro; DFS – Domiciano Ferreira da Silva; IMC – Inês Monteiro de Castro; MIMS – Maria Inês Monteiro da Silva; CJJMB – Cel. José Joaquim Monteiro de Barros; CMC – Conceição Monteiro de Castro; DFSC – Domicinao Ferreira de Sá e Castro; MCMB – Maria do Carmo Monteiro de Barros; DAMC – Domiciano Antônio Monteiro de Castro; FFS – Francisco Ferreira dos Santos; HMNC – Helena Maria Negreiro de Castro; MJMB – Manoel José Monteiro de Barros; MECM: Margarida Eufrásia da Cunha e Matos; CMAMB – Cônego Marcos Antônio Monteiro de Barros; VCC – Visconde de Congonhas do Campo; MTJSM – Maria Tereza Joaquina de Sauvan Monteiro; ASD – André Sauvan D'Armon; MJMS – Maria Joaquina Sauvan Monteiro; MMB – Manoel Monteiro de Barros; MPBV – Maria da Piedade de Barros e Vasconcelos; RAMB – Rodrigo Antônio Monteiro de Barros; MMPMB – Maria Marcolina Prado Monteiro de Barros; BIGMB – Brigadeiro Inácio Gabriel Monteiro de Barros; AMNL – Ana Maria Leme Nogueira; MHM – Mateus Herculano Monteiro; MCNG – Maria Custódia Nogueira da Gama; JGMB – João Gualberto Monteiro de Barros; AFF – Ana Felizarda da Fonseca; MCNG – Maria do Carmo Nogueira da Gama; FMNG – Francisca

gravitavam alguns importantes compadrios e laços familiares mais distantes. Dentre os quais podemos destacar: o Marquês de Paranaguá, Viriato Catão, José Inácio Nogueira Penido, as famílias Leite Ribeiro, Nogueira da Gama, Monteiro de Miranda Ribeiro, Cerqueira Leite, Ribeiro de Assis, Paula Lima, Galvão, Manso da Costa, Reis e Negreiros[30]. Em outras palavras, o núcleo de parentesco e compadrio do Barão de Santa Helena, envolvia famílias renomadas tanto na província de Minas quanto do Rio de Janeiro; e, reunia grandes fortunas, imensa quantidade de terras, escravos e lavouras de café. Para além das atividades econômicas e do poderio exercido na região da Mata Mineira e do Vale do Paraíba Fluminense, esta rede familiar nos permite aquilatar a importância dos títulos nobiliárquicos e quanto os mesmos se configuraram em importantes moedas de troca. Eles, de fato, angariaram significativas uniões familiares que viessem somar status, reconhecimento e poder ao sobrenome Monteiro e primos, conforme veremos nos exemplos expostos abaixo.

Monteiro Nogueira da Gama; MCMB – Maria do Carmo Monteiro de Barros; CMLLP – Cap. Manoel Lobo Leite Pereira; AAMB – Antônio Augusto Monteiro de Barros; VACC – Virgínia Amália Carneiro de Campos; MCGR – Maria Constança da Graça Rangel; RJMB – Romualdo José Monteiro de Barros; FCLF – Francisca Constança Leucádia da Fonseca; JVF – José Veríssimo da Fonseca; AJFO – Ana Joaquina Felizarda de Oliveira; MEMB – Miguel Eugênio Monteiro de Barros; MESB – Maria Eugênia de Souza Breves; LSB – Luiz de Souza Breves; MPAB – Maria Pimenta de Almeida Breves; RMB – Romualdo Monteiro de Barros; MTOR – Maria Tereza de Oliveira Roxo; BVA – Barão de Vargem Alegre; CPAB – Cecília Pimenta de Almeida Breves; BP – Barão de Piraí; CMMB – Cecília de Morais Monteiro de Barros; AEMB – Alda Eugênia Monteiro de Barros; BSA – Barão de Santa Alda; FMB – Francisca Monteiro de Barros; LESB – Luiz Eugênio de Souza Breves; EMB – Emiliana Monteiro de Barros; FPMB – Francisco de Paula Monteiro de Barros; AJFMB – Antônio José da Fonseca Monteiro de Barros; AHMB – Ana Helena Monteiro de Barros; JAMB – José Augusto Monteiro de Barros; JJMB – Joaquim José Monteiro de Barros; MJMB – Maria José Monteiro de Barros; JCMR – José Cezário de Miranda Ribeiro; TMMR – Teotônio Maurício de Miranda Ribeiro; ALNSL – Antônio Luiz Negreiros de Saião Lobato; FBMM – Francisca Benedita Monteiro de Miranda; CFPL – Comendador Francisco de Paula Ferreira Lage; FMB – Francisca Monteiro de Barros; JNP – Joaquim Nogueira Penido; MMB – Margarida Monteiro de Barros; PJMMB – Padre José Maria Monteiro de Barros; MJMB – Manoel José Monteiro de Barros; ICMBG – Inês Castro Monteiro de Barros Galvão; FPMB – Francisca de Paula Monteiro de Barros; JRM – José de Rezende Monteiro; AFJF – Ana Felizarda Joaquina da Fonseca; LJR – Lourenço José Ribeiro; ARC – Antônio Ribeiro Carvalhais; AMM – Ana Maria de Matos; MFR – Maria Francisca Ribeiro; MARMB – Marcos Antônio Ribeiro Monteiro de Barros.

[30] MP – Marquês de Paranaguá; ACCVC – Antônio Carlos Carneiro Viriato Catão; JINP – José Inácio Nogueira Penido; AVLR – Antônio Vidal Leite Ribeiro; MING – Manoel Inácio Nogueira da Gama; RCMMR – Romualdo César Monteiro de Miranda Ribeiro; GAMS – Germano Antônio Monteiro da Silva; JBB – José Bernardino de Barros; GHB – Gabriel Horácio de Barros; FPM – Feliciano Pinto Monteiro; JIMB – Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros; FNP – Família Nogueira Penido; FCL – Família Cerqueira Leite; FRA – Família Ribeiro de Assis; FPL – Família Paula Lima, FG – Família Galvão; FMC – Família Manso da Costa; FR – Família Reis; FN – Família Negreiros.

Um dos pilares dos Monteiro de Barros, como se percebe pelos atributos veiculados a cada nó da rede, era o Visconde com Grandeza de Congonhas do Campo (Lucas Antônio Monteiro de Barros), tio-avô do Barão de Santa Helena. O Visconde era filho de Margarida Eufrásia Cunha e Matos e do Guarda-Mor das Minas de Ouro Preto Manoel José Monteiro de Barros, português, proprietário de grande sesmaria em São João Del Rei. Lucas Antônio Monteiro de Barros já havia sido agraciado pelo Primeiro Imperador nos anos de 1825 e de 1826, mas alcançou o restrito círculo dos Grandes do Império com o agraciamento de D. Pedro II, em 2 de junho de 1841, recebendo logo em seguida, no ano de 1842, a Comenda de Cavaleiro da Rosa. Amigo do Marquês de Paranaguá, o Visconde de Congonhas do Campo constituiu uma grande família e seus filhos e filhas vincularam os Monteiro a Antônio Carlos Carneiro Viriato Catão, José Inácio Nogueira Penido, Antônio Vidal Leite Ribeiro e José Cesário de Miranda Ribeiro; além de laços de compadrio com Manoel Inácio Nogueira da Gama[31]. É importante ressaltar que os Nogueira da Gama possuíam grandes extensões de terras que iam do Vale Paraíba Fluminense à Zona da Mata Mineira, com as concessões feitas a José Inácio Nogueira da Gama (17 sesmarias) e Manoel Jacinto Nogueira da Gama (12 léguas de terras)[32].

O Visconde de Congonhas do Campo era irmão do Barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros. Coronel da Guarda Nacional e Cavaleiro da Ordem de Cristo, Romualdo fez parte da política mineira desde o Governo Provisório no ano de 1822, vindo compor o governo desta mesma província em 1825, 1829 e 1833. O título de barão foi recebido em pleno período da Conciliação, em 2 de dezembro de 1854, depois de exercido o cargo de Presidente da Província de Minas por pouco mais de um mês, em 10 de junho de 1850. No início do século XIX, junto com os irmãos, Romualdo fundou a primeira fábrica de barras ferro, nas proximidades de Congonhas. Além de dedicado à extração de uma riquíssima lavra de minério, o futuro Barão conquistou várias fazendas ao longo de dez léguas da margem direita do Rio Paraopeba, compreendendo a região de Congonhas, Queluz e Belo Vale: as fazendas da Goiabeira, do Vieiro, do Santo Antônio, do Figueiredo, da Forquilha, do Gentio, da

[31] BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 66, 72, 98, 200 e 407. MOYA, Salvador de. *Op. cit.*, v. I, p. 172.

[32] OLIVEIRA, Mônica R. *Op. cit.*, p. 259.

Grota, Boa Esperança, além de outras propriedades menores em Frutal e Leopoldina e mais oito fazendas em São Gonçalo do Sapucaí. Romualdo casou-se com D. Francisca Cândida Leocádia, da conceituada família Fonseca e faleceu em 1856, deixando um espólio de aproximadamente 280 contos de réis em bens[33].

O Capitão Manoel José Monteiro de Barros, irmão do Visconde e do Barão, e também nascido em Congonhas, era Comendador da Ordem de Cristo e deputado provincial em 1840. Exerceu importantes cargos na província antes de consolidar sua carreira política: Deputado à Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais, Administrador Geral de todas as filiais do Banco do Brasil em 1829, Deputado Suplente no Conselho Geral entre os anos de 1828 e 1829, tornando efetivo nos anos de 1830 a 1833. O Capitão, como os irmão, também tinha lavras de ouro e combinava essa atividade com a administração de seus extensos latifúndios. Através de seu casamento com Inês de Castro Galvão de São Martinho, ligou-se aos Galvão, aos Manso da Costa, aos Reis e aos Negreiros. Aliás, essa última ligação familiar foi intensificada com o casamento de seu filho, o Tenente-Coronel Antônio Augusto Monteiro de Barros Galvão de São Martinho com Maria Nazaré Negreiros Saião Lobato, irmã dos Viscondes de Niterói e de Sabará, filhos do Senador mineiro Dr. João Evangelista de Faria Lobato[34].

Outro irmão, Marco Antônio Monteiro de Barros, sacerdote, exerceu importantes cargos em Minas: em 1803, foi Promotor do Juízo Eclesiástico na Vara de Vila Rica em substituição ao irmão José Gualberto Monteiro de Barros, promovido ao cargo de Procurador da Mitra. Marco Antônio chegou ao Senado em 16 de dezembro de 1826. Assim como os irmãos, faleceu na década de 50. Essa década teve a participação política de outro membro da família: Inácio Gabriel, que se tornou Dignatário da Ordem da Rosa, em 19 de outubro de 1842. Antônio José foi deputado geral 1843, 1850 e 1857, tendo iniciado sua carreira na Assembléia Provincial, em 1840. Nessa mesma época, Miguel Eugênio figurava na Assembléia Provincial, nos anos de 1854 e 1856, sendo logo precedido por José Augusto, Cavaleiro da Ordem de Cristo, em 10 de fevereiro de 1855, eleito em 1858. Toda essa movimentação política ganhou reforço com José Joa-

[33] VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras,* Op. cit., (edição de 1998). v. 3 e 4, p. 557. MOYA, Salvador de. *Op. cit.*, v. III, p. 234. BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 273, 986 a 1003.

[34] BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 565 e 573.

quim Ferreira Monteiro de Barros, deputado provincial nos anos 1852 a 1856, assumindo a suplência na Assembléia Geral em 1857. Cavaleiro da Ordem da Rosa em 14 de março de 1855 e casado com a filha de José Cesário de Miranda Ribeiro, José Joaquim estreitou os laços entre essas duas importantes famílias da Mata mineira. Na década de 70, Ildefonso Monteiro de Barros, foi agraciado com a Ordem da Rosa, em 19 de setembro de 1877. Outro titulado que também contribuiu para engrandecer a titulação da família é Luiz de Souza Monteiro de Barros, Barão de Monteiro de Barros, em 8 de maio de 1883[35]. A geração posterior dos Monteiro de Barros, como se percebe, deu continuidade à representatividade política da família e à política de agraciamentos.

Antônio Augusto, filho do Visconde de Congonhas do Campo, foi Deputado em 1826 e Senador em 29 de setembro de 1838, falecendo três anos depois. Antes, exerceu importantes cargos na magistratura: foi nomeado em 21 de julho de 1822, Juiz de Fora da Comarca de Vila Rica; em 19 de outubro de 1823 foi nomeado ouvidor da Comarca de Olinda, na Província de Pernambuco, ato que ficou sem efeito pela sua nomeação para a Comarca de Sabará em 1º de dezembro de 1824; em 13 de dezembro de 1825, foi nomeado Provedor da Fazenda, dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas da mesma Comarca de Sabará; 12 de outubro de 1827 obteve a nomeação de Desembargador da Relação de Pernambuco e em 11 de setembro de 1829 foi mandado ter exercício no cargo de Ajudante do Intendente Geral de Polícia; em 9 de dezembro de 1830, determinou D. Pedro I que tivesse exercício na Casa de Suplicação, continuando como Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro cargo em que se achava; em 4 de outubro de 1832 foi promovido a Desembargador da Relação da Bahia e em seguida, Ministro Adjunto ao Conselho Supremo Militar (atual Supremo Tribunal Militar) em 12 de abril de 1833; Juiz Conservador da Nação Britânica a 7 de novembro de 1833, dispensado deste último cargo a 15 de março de 1834. Seu currículo invejável fez diferença no momento da escolha senatorial. Concorrendo com a uma das vagas deixada pelos falecimentos do Visconde de Caeté e do Padre José Custódio Dias em 1838, conseguiu a preferência do Governo Regencial, deixan-

[35] RIBEIRO, Armando Vidal Leite. *Op. cit.*, p. 288. TRINDADE, Cônego Raimundo. *Op. cit.*, v. I, p. 296. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Op. cit., (edição de 1897). v. IV, p. 356. Arquivo Nacional, Fundo Ministério do Império, Código 0 O, Códice 14, v. 9, p. 71 verso; Códice 14, v. 19; Códice 14, v. 8. p. 36 verso. BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 491.

do para trás Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí), José Cesário de Miranda Ribeiro e Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté). Ligou-se, matrimonialmente, primeiro, à importante família de comerciantes da praça do Rio de Janeiro, Antônio José da Cruz Rangel; e, em segundas núpcias, à família Carneiro de Campos, da freguesia de Santana. Genro do Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Antônio Augusto conectou seus interesses a uma família que já possuía tradição no comércio baiano, na figura de José Carneiro de Campos, tornando-se cunhado do 1º Visconde de Caravelas[36].

Lucas Antônio Monteiro de Barros Neto, filho de Antônio Augusto, foi agraciado como Comendador das Ordens da Rosa e de Cristo, recebeu o título de Barão de Santa Alda, em 29 de novembro de 1886, e ocupou o importante cargo de Moço Fidalgo da Casa Imperial. Órfão muito cedo, foi criado pelo avô e passou a mocidade em Petrópolis, retornando para a Zona da Mata depois de adulto para administrar a Fazenda de Santa Alda; casou-se com a prima Alda Eugênia Monteiro de Barros, neta materna de Luiz de Souza Breves. Seus filhos: José Luiz casou-se com Antonieta Alves Banho, filha do médico e político de São João Del Rei, Galdino Alves Banho; e, Carlos Augusto casou-se com a filha de um importante fazendeiro em Mar de Espanha, José Caetano Machado Braga[37].

O Barão de Santa Helena, tal como os grandes vultos políticos da família, também exerceu importante papel na Zona da Mata, especialmente em Juiz de Fora quando, em 1860, compôs a Câmara de Vereadores. Na localidade, o Barão possuía parentesco com nomes influentes na política, como os de Romualdo César Monteiro de Miranda Ribeiro, Germano Antônio Monteiro da Silva, Matheus Herculano Monteiro da Silva, casado com uma prima da família Barros, José Joaquim Monteiro da Silva, José Bernardino de Barros, Gabriel Horácio de Barros, Feliciano Pinto Monteiro e Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros e se ligava a várias famílias, dentre as quais os Nogueira Penido, Cerqueira Leite, Ribeiro de Assis e Paula Lima (descendentes de Ayres Gomes)[38]. Só a título de exemplo, do poderio que essas ligações representavam a nível local, o Comendador Francisco de Paula Lima, já expressava seu interesse pela questão do transporte da região

[36] BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. I, p. 115 e v. VI. BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 39 e 47. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Op. cit.*, v. III, p. 413; v. IV, p. 13 e 214.

[37] BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 202-203.

[38] BROTERO, Frederico de Barros. *Op. cit.*, p. 203.

da Mata Mineira quando, em 1866, ao falecer, possuía 31.000$000 em ações da Companhia União Mineira, além dos 195 escravos e 468 mil pés de café[39].

Nos espaços de agregação da elite local como, por exemplo, os empreendimentos bancários, novamente encontramos o Barão de Santa Helena. As diretorias dos dois primeiros bancos que se estabeleceram no município de Juiz de Fora reuniram nomes já conhecidos politicamente e outros que dispunham de grande destaque seja no ramo industrial, comercial ou de produção cafeeira. Entre os acionistas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., em 1889, encontramos os fazendeiros: Barão de Monte Mário, Barão de Santa Helena, Prudente Augusto de Resende, Francisco Eugênio de Resende, Espiridião R. de Oliveira, José S. Valente Vieira, João Pimentel Barbosa; os comerciantes: Joaquim R. de Oliveira e Francisco Batista de Oliveira; os industriais: Azarias José de Andrade (também médico) e Bento Xavier (também comerciante)[40].

Como se pode perceber, o clã dos Monteiro de Barros conseguiu aliar titulações e prestígio político, juntamente, com cargos administrativos, ligando a Zona da Mata às principais famílias do Centro e do Sul da província de Minas, além de aumentar seu poderio, através de ligações matrimoniais com importantes famílias do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia[41]. Essa região, ocupada mais tarde, acabou congregando interesses para além da cultura de subsistência e gerando grandes fortunas com o café. Nesse contexto, interessava pouco ter cores partidárias tão nítidas e a palavra de ordem era moderação. A política de titulação e de prestígio estabeleceu-se como importante estratégia para a manutenção do poder exercido tanto na localidade quanto na província. Os infindáveis laços de sangue dos Monteiro abriram as portas das famílias mais influentes e abastadas de Minas assim como contribuiu para abrir portas políticas, de rotas mercantis e até de bancos.

---

[39] OLIVEIRA, Mônica R.. *Op. cit.*, p. 271.

[40] PIRES, Anderson. Emergência do sistema financeiro na economia agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1920). In: *Lócus*, v. 1, n. 1, p. 30, 1995. Ver também GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930).* Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. p. 85 e 89.

[41] De acordo com João Fragoso essa estratégia ocorreu no século XVII. Ver FRAGOSO, João L. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João L.; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). Bases da materialidade e da governabilidade no Império: uma leitura do Brasil colonial, *Penélope,* Lisboa, 2000.

c) FAMÍLIA E COMPADRIO DO BARÃO DE JOÃO NEPOMUCENO, PEDRO ALCÂNTARA DE CERQUEIRA LEITE

Num formato também distinto, a rede do Barão de São João Nepomuceno, composta por vinte e cinco pessoas, possui outras sete ligações com outras famílias importantes de Minas e da Zona da Mata, conforme Sociograma 04, transcrito abaixo.

O futuro Barão de São João Nepomuceno tinha importantes relações familiares e contava com uma parentela respeitável na Zona da Mata e Vertentes[42], compreendendo os Gama Cerqueira, os Pinto de Cerqueira e os Cerqueira Vale, dentre outros[43]. Filho de um abastado fazendeiro de Barbacena e irmão do Conselheiro do Supremo Tribunal Francisco de Paula Cerqueira Leite, Pedro de Alcântara ocupou cargos importantes na magistratura mineira, sofrendo alguns reveses em função da Revolução de 1842. A recuperação de sua carreira jurídica, com a nomeação para Desembargador da Relação de Pernambuco se deu em 1854, numa demonstração considerável, por parte dos conservadores, amainando os ânimos mais radicais da Zona da Mata[44]. Em 26 de junho de 1864, o Desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite foi nomeado Presidente da Província de Minas Gerais. Nascido na Rocinha da Negra, nas margem do Paraibuna, em Matias Barbosa, o liberal Cerqueira Leite foi representante de Minas na bancada da Câmara dos Deputados desde 1838 e agraciado com o título de Barão de São João Nepomuceno, em 1881.

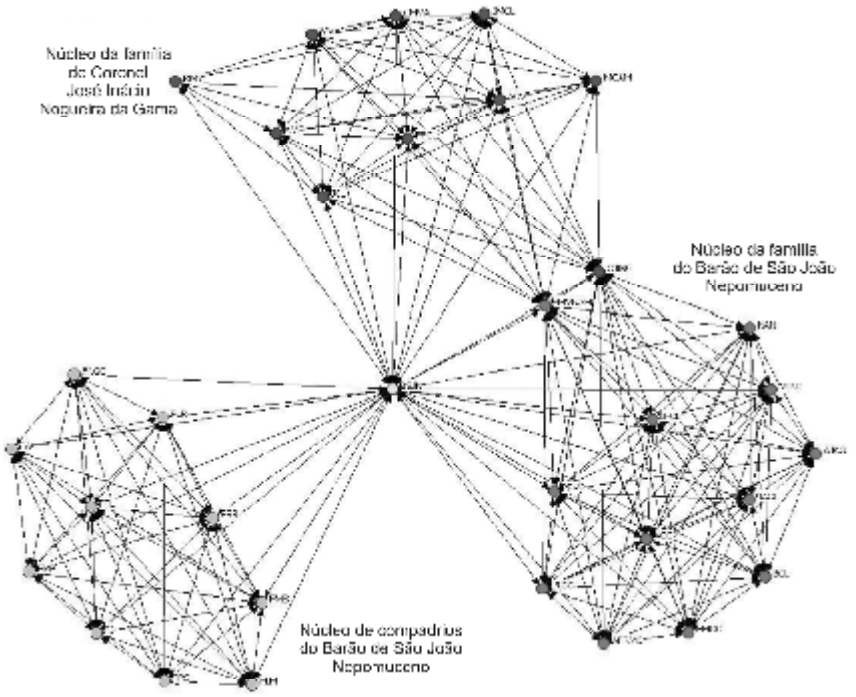
---

[42] BSJN – Barão de São João Nepomuceno; JCL – José de Cerqueira Leite; AMF – Ana Maria Fonseca; ACV – Ana Cerqueira do Vale; FPCL – Francisco de Paula Cerqueira Leite; JMCL – João Marciano Cerqueira Leite; CMVA – Cel. Manoel do Vale Amado; RMV – Rosa Maria do Vale; MCAM – Maria Córdula Abreu e Melo; MVA – Manoel do Vale Amado; FMVNAM – Francisca Maria Vale Nogueira Abreu e Melo; CJING – Cel. José Inácio Nogueira da Gama; NAN – Nicolau Antônio Nogueira; AJAG – Ana Joaquina de Almeida Gama; MJNG – Manoel Jacinto Nogueira Gama; FMCC – Francisca Mônica Carneira da Costa; AFRMC – Ana Francisca Rosa Maciel da Costa; BCL – Brás Carneiro Leão; JACL – José Alexandre Carneiro Leão; ACC – Ana Carneiro da Costa; JFCL – José Fernando Carneiro Leão; LRCC – Luiza Rosa Carneiro da Costa; PFV – Paulo Fernandes Viana; CJING – Cel. José Ignácio Nogueira da Gama; NANVG – Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama. Sobre esse núcleo ver: MOYA, Salvador de. *Op. cit.*, v. III, p. 310-495; GENOVEZ, Patrícia Falco. *Op. cit.*, p. 129-145; site http://www.jbcultura.com.br/, consultado entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008.

[43] Núcleos familiares de compadrio do Barão de São João Nepomuceno: FJ – Família Junqueira; FMS – Família Magalhães Sales: FA – Família Arantes; FLM – Família Leite Magalhães; FPS – Família Pinto Silva; FLR – Família Leite Ribeiro; FFL – Família Ferreira Leite.

[44] VEIGA, José Pedro Xavier da. *Op. cit.*, v. II, p. 177-180. PROCÓPIO FILHO, José. *Salvo erro ou omissão. Gente juizforana*. Juiz de Fora: Edição do Autor, 1979. p. 174. MOYA, Salvador de. *Op. cit.*, v. III, p. 396. SILVEIRA, Victor (Org.). *Minas Gerais em 1825*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 407.

SOCIOGRAMA 04 – REDE SOCIAL DO BARÃO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO



O Barão de São João Nepomuceno era genro de Manoel do Vale Amado, pioneiro na região da Zona da Mata. Manuel do Valle Amado era português e casou-se, em segunda núpcias, com Maria Córdula de Abreu e Melo, quarta neta de Fernão Dias Paes. Vale Amado recebeu grandes concessões de terras na Zona da Mata, algo em torno de 19 sesmarias, além das concessões destinadas a seus irmãos[45]. Participou da fundação de Barbacena e era coronel do Regimento Auxiliar do Rio das Mortes, tinha sob o seu comando toda a região situada na direção da Estrada da Fazenda de São Mateus, local onde tinha sua fazenda na então Vila de Santo Antônio do Paraibuna, até próximo a São João Del Rei[46]. Um de seus

[45] OLIVEIRA, Mônica R. *Op. cit.*, p. 258.

[46] CALMON, Pedro. *História de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

filhos, seu homônimo, tornou-se presidente da Câmara de Juiz de Fora na legislatura de 1857 a 1861.

Nessa família percebemos a importância do casamento e, por conseguinte, do dote. Após o falecimento de Valle Amado sua filha mais nova, Francisca, casada com Inácio Nogueira da Gama comprou a fazenda São Mateus com o dote ganho no casamento e tornou-se, mais tarde, Baronesa de São Mateus[47]. Esse ramo familiar reuniu os Valle Amado, os Cerqueira Leite e os Nogueira da Gama. Foi a essa influência econômica e política que o Barão de São João Nepomuceno uniu-se ao casar-se com uma parenta. O próprio Barão também fez parte da Câmara Municipal de Juiz de Fora e chegou à presidência da província de Minas Gerais. Outros parentes de Vale Amado e do Barão também foram vereadores como José Maria Cerqueira Valle, José Calmon Nogueira da Gama e João Marciano de Cerqueira Leite. Dois de seus sobrinhos foram figuras proeminentes no Império, Nicolau Nogueira da Gama, Barão de Nogueira da Gama, foi mordomo da Casa Imperial (1868), o mais alto cargo da hierarquia do Paço e Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama conquistou o título de Conde de Baependi. O Visconde de Nogueira da Gama, quando ainda exercia o cargo de Camarista do Imperador, presidiu também o Cassino Fluminense, cujo acesso era considerado "[...] um título de sociabilidade. [...] Ali se formavam e se desfaziam amizades, se intrigavam políticas, se ensaiavam namoros e se assentavam casamentos"[48]. A filha do Visconde casou-se com o Conde de Penamacor[49]. Tal como nos casos anteriores, poder político e brilho dos baronatos formam o capital social deste grupo, além do poder econômico oriundo da escravidão e da produção agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma breve e conclusiva, é perceptível na historiografia mineira, referente ao século XIX, que a Zona da Mata foi uma área privilegiada em termos de investimentos ferroviários em função do potencial cafeeiro que apresentava[50]. Elas escoavam a produção cafeeira e serviram para ligar importantes regiões da província, como o Centro e o Sul. A supremacia da

[47] Idem, p. 33.

[48] LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. v. I, II e III, p. 31.

[49] Idem.

[50] BLASENHAEIM, Peter. *Op. cit.*, p. 87-90.

Mata na conquista de uma ampla malha ferroviária teve início com a concretização da Estrada de Ferro Leopoldina[51]. Em meio ao estabelecimento da Leopoldina outra Estrada de Ferro, a União Mineira se estabeleceu de modo bastante singular para o momento vivenciado na região: abarcava um considerável capital dos principais fazendeiros da área compreendida entre Juiz de Fora e Cataguases. O estudo sobre as relações familiares dos Barões de Juiz de Fora de Santa Helena e de São João Nepomuceno, apenas indicam um padrão de relacionamento entre o centro e a periferia do Império que pode e deve ser mais pesquisado, levando-se em consideração a complexa rede familiar que, muito provavelmente, interligava outros grupos familiares da Zona da Mata.

A integração das metodologias propostas no ensaio nos deram elementos para pensar além dos rótulos de parentela extensa ou de família patriarcal uma vez que os sociogramas demonstraram que por trás destas categorizações encontram-se estratégias distintas de organização da estrutura familiar. Em cada um dos grupos encontramos desenhos distintos variando a intensidade destinada às uniões endógenas e/ou misturando casamentos com outras parentelas. Portanto, falar de poder tanto político quanto econômico ou, em certa medida, falar do exercício de poder das notabilidades locais envolve um cálculo muito mais apurado e profundo que requer um esforço em direção ao vislumbre das relações estabelecidas entre os notáveis e suas extensas redes de sangue e de compadrio. Em outras palavras, pensar o poder no século XIX exige pensá-lo não de forma pontual, a partir de pessoas, mas, fundamentalmente, a partir das relações que o circunscreve, que lhe empresta sentido e corpo. Ao apresentarmos o trio de barões estivemos congregando um emaranhado de mais de 200 pessoas, algumas delas já nem eram vivas no momento da inauguração da EFUM, da qual eram acionistas, mas estavam presentes através do capital social que angariaram através de seus feitos, títulos, cargos ocupados e reconhecimento social. Foi esse somatório que lhes emprestou o lugar social privilegiado para percorrerem a sociedade da Zona da Mata e se estabelecerem de maneira diferenciada mediante seus pares.

Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2009.
Aprovado em 21 de abril de 2009.

[51] BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Op. cit.*, p. 317.